Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 26 | nº 2 | 2021
Artigo recebido em: 12/10/2021
Aprovado em: 04/12/2021

Luciana Marcon
[Doutoranda e Mestra em Educação com área de concentração em Estudos Culturais, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (PPGEDU-ULBRA)].

Maria Lúcia Castagna Wortmann
[Graduação em História Natural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), tendo realizado doutorado-sanduíche com bolsa CNPq na Université Pierre et Marie Curie (ParisVI). Atualmente é professor adjunto da Universidade Luterana do Brasil, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, e professora pesquisadora convidada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.].

"NÓS NÃO VIVEMOS NO MESMO PLANETA": COMO A AUSÊNCIA DE UM MUNDO COMUM AFETA AS CRISES SANITÁRIA E ECOLÓGICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

"We don't live at the same planet": how the absence of a common world affects sanitary and ecological crisis in brazilian context

Resumo

A partir de uma reportagem veiculada pelo programa de televisão Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que abordava a relação entre o Antropoceno e a(s) pandemia(s), discute-se o que foi comunicado nesta matéria jornalística, com base em considerações feitas pelo filósofo/antropólogo francês Bruno Latour. Dá-se destaque aos aspectos escapistas que perpassam as manifestações oficiais divulgadas no contexto brasileiro, tanto em relação à crise sanitária que se instalou durante a epidemia do Covid-19, quanto frente ao agravamento da crise ecológica em curso no país. Examina-se, também, como têm sido delineados alguns caminhos para o enfrentamento de problemáticas relativas à Gaia, na perspectiva do autor considerado.

Palavras-chave: pandemia; Antropoceno; escapismo; crises.

Abstract

Based on a report broadcasted by the television program Fantástico, on Rede Globo de Televisão, which addressed the relationship between the Anthropocene and the pandemic(s), what was reLuciana Marconported in this news is discussed, based on considerations made by the French philosopher/anthropologist Bruno Latour. The escapist aspects that permeate the official manifestations published in the Brazilian context are highlighted, both in relation to the sanitary crisis that took place during the Covid-19 epidemic, as well as in front of the worsening of the ecological crisis underway in the country. It also examines how some paths have been outlined for dealing with issues related to Gaia, from the perspective of the author considered.

Keywords: pandemics, Anthropocene, escapism, crisis.

INTRODUÇÃO

No mês de abril de 2021 o programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão, passou a veicular a série *Planeta Ameaçado: como impedir a extinção em massa*[1], produzida originalmente pela rede britânica *British Broadcasting Corporation* (BBC). O terceiro episódio da série, exibido em 2 de maio de 2021, focalizou a pandemia do Coronavírus, que afeta o planeta desde o final do ano de 2019[2], e sua relação com as atividades antrópicas consideradas como causadoras desta situação.

Os dados empíricos apresentados neste episódio foram trazidos por cientistas como Sir Robert Watson, referido como uma das maiores autoridades do planeta na luta ambiental. Em seu depoimento/denúncia Watson (2021)[3] registrou que já tínhamos perdido até aquela data (maio de 2021), 90% dos pântanos que existiram no planeta Terra e que, além disso, com exceção daquilo que é gelo, já modificáramos cerca de 75% da superfície terrestre. O documentário enfatizou que a "invasão" humana em áreas consideradas selvagens pode acarretar em novas pandemias que poderão,

[1] A série, em inglês, se chama *Extinction: the facts*. A reportagem do Fantástico pode ser assistida em <https://www.youtube.com/watch?v=JjR6y8xap-w>. Acesso em: 10 ago. 2021.
[2] O primeiro caso de Covid-19 no mundo foi identificado em 1º de dezembro de 2019. No Brasil, o primeiro caso foi constatado em 26 de fevereiro de 2020.
[3] Este e os demais depoimentos/denúncias foram feitos no programa citado, exibido em 02 de maio de 2021.

inclusive, ser mais graves do que esta que ainda estamos vivenciando em 2021, que é causada por linhagens do Sars-Covid-19.

No mesmo programa, manifestando-se relativamente a pandemias anteriores, o cientista Peter Daszak destacou que a origem de zoonoses que afetam a espécie humana, tais como a gripe suína, o ebola, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) estão associadas à "invasão" de territórios classificados como selvagens, ou seja, de áreas que não possuem a presença humana. Daszak também registrou a gravidade dos efeitos das atividades antrópicas, destacando que cerca de um terço das novas doenças (ou 31% delas) surgiram a partir do desmatamento procedido nas florestas, ressaltando, ainda, que há, nas florestas consideradas intocadas, uma biodiversidade desconhecida que inclui vírus e bactérias que podem ser letais aos humanos. Ele também indicou que ao adentrarmos em tais espaços, estamos nos expondo e nos tornando vulneráveis a novas doenças, principalmente quando praticamos a caça e nos alimentamos de espécies silvestres neles encontradas, o que se agrava com a comercialização destes animais. Daszak alertou, assim, para os problemas que poderão ocorrer caso atividades antrópicas continuem a ser praticadas, no ritmo atual, em lugares ainda pouco ou nada explorados, citando uma estimativa do surgimento de até cinco novas doenças a cada ano.

Em relação ao vírus causador do Covid 19, ele enunciou a suspeita de esse ter sido disseminado a partir de um mercado que comercializa carne e animais silvestres na cidade de Wuhan (China). Daszak registrou, ainda, que o vírus mais próximo daqueles identificados como causadores da Covid-19 em humanos foi encontrado em morcegos, que viviam em uma caverna localizada no sudoeste da China, na província de Hubei, onde se localiza Wuhan. Ele declarou suspeitar que alguém previamente contaminado com este vírus tenha frequentado o referido mercado, ou que tenha enviado morcegos infectados para serem lá comercializados.

A microbiologista Natália Pasternak, também entrevistada na reportagem, igualmente alertou para o perigo das explorações predatórias (e

ela referiu-se, especialmente, à imensa biodiversidade que caracteriza o ambiente considerado natural do Brasil) desencadearem outros tipos de contaminações. Tal como ela destacou, numerosos animais e plantas, além de espécies de bactérias, vírus e outros parasitas, proliferam nesse ambiente, registrando ela que, quanto maior for a biodiversidade, maior o número de microrganismos abrigados. Além disso, quanto maior o contato dos humanos com esses organismos referidos como selvagens, que se dá cada vez mais através de uma exploração predatória, maiores são as chances de uma contaminação acontecer.

Outro registro feito nessa reportagem incluiu dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, que indicam que a cada 10 novas doenças conhecidas, 7 são provenientes de animais. A reportagem registrou que no mês de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um comunicado pedindo a proibição da comercialização de animais vivos nos diferentes mercados de alimentos distribuídos pelo mundo e registrou a extensa comercialização de animais silvestres praticada no Brasil, mesmo que a legislação proíba tal prática. Além disso, foi ressaltado que os próprios animais criados para consumo humano podem ser vetores de futuras contaminações. Aliás, Pasternak lembrou, na mesma situação, que o desmatamento também facilita o maior contato com espécies silvestres, além de influenciar nas mudanças climáticas, que podem acarretar em uma maior proliferação de mosquitos, espécies vetores de muitas doenças como dengue, zika, chikungunya e febre amarela, que não são mais caracterizadas como pandemias, mas como endemias, ou seja, como doenças já instaladas e que resistem às metodologias de extermínio.

A PANDEMIA, O ANTROPOCENO E O ESCAPISMO: ASPECTOS INICIAIS

Ao longo dos meses em que a pandemia do Sars-Cov-19 está assolando nosso país, sua dimensão e impacto ecológico têm sido repetidamente abordados, sendo a série de reportagens televisivas que apontamos, apenas um exemplo disso. Fotografias de animais silvestres ou

domesticados, que ocupam áreas antes dominadas apenas pelos humanos são postadas com frequência em sites da internet, alimentando o imaginário de um mundo que se restaura sem a presença humana. Aliás, a invasão humana de ambientes referidos como selvagens foi longamente explanada, quando ainda se tentava compreender a origem dessa pandemia que, em um curto espaço de tempo, mudou a vida de todos os afetados direta ou indiretamente pelo vírus.

É possível dizer, então, que nos deparamos, nas breves considerações que fizemos até aqui, com diferentes representações de interação entre humanos e seres/ambientes silvestres: uma delas vincula a pandemia a uma possibilidade de retomada de espaços do planeta por espécies não humanas, enquanto a outra ressalta os perigos advindos da prática de algumas dessas interações ainda pouco esclarecidas. Circulam, assim, no mundo midiático, ao qual de certa forma estamos ainda mais aprisionados nestes tempos pandêmicos, ou sindêmicos[4], como referem alguns, representações que atentam diferenciadamente para as relações entre humanos e ambientes/seres silvestres.

Neste artigo, discutimos relações que podem ser tecidas entre o importante evento pandêmico que estamos vivendo e teorizações sobre o Antropoceno desenvolvidas pelo filósofo/antropólogo francês Bruno Latour. Lembramos que "Antropoceno" é uma das denominações atribuídas ao período geo-histórico em curso, tendo sido essa cunhada pelo químico holandês, que obteve o prêmio Nobel de Química em 1995, Paul Crutzen, e pelo biólogo norte-americano Eugene Stoermen, no início dos anos 2000.

[4] Aldo Morrone (2021), diretor científico do Instituto San Gallicano de Roma, explica que sindemia é um termo criado na década de 1990, pelo antropólogo médico estadunidense Merrill Singer. Segundo o autor (ibid.) o termo indica a relação entre uma pandemia e as condições ambientais, socioeconômicas, políticas, ao nível educacional, ao nível de empobrecimento, ao aquecimento global, ao problema econômico da perda de empregos, dentre outros fatores. Ou seja, segundo ele, todos os elementos relacionados a uma epidemia de natureza global são levados em consideração. Assim, uma abordagem sindêmica leva em consideração as repercussões da pandemia em todas as outras áreas: se a pandemia requer uma solução de natureza clínico-científica, a sindemia precisa de uma solução econômica e política muito mais ampla. A reportagem que aborda este conceito é de Giulia Belardelli, de 28 de abril de 2021, para o Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/608739-da-india-ao-brasil-covid-atinge-os-mais-pobres-e-frageis-razao-pela-qual-trata-se-de-uma-sindemia>. Acesso em 07 out. 2021.

É importante salientar que o uso do termo Antropoceno busca destacar ações antrópicas que desde a Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, se tornaram tão intensas ao ponto de serem percebidas, inclusive, nas camadas geológicas do planeta. E lembrar, também, que embora o termo – ou sua data de início – ainda não seja reconhecido pela Comissão Internacional de Estratigrafia, que é a responsável pelas nomenclaturas dos tempos geológicos, ele passou a ser amplamente adotado pelos cientistas ao redor do mundo e a ter aceitação pela mídia mundial.

Latour (2020d) ressalta que à noção de Antropoceno associam-se postulações filosóficas, religiosas, antropológicas e políticas importantes e implicadas com o abandono de concepções gestadas na modernidade. Ele (ibid.) destaca que no mesmo momento em que virou moda falar em "pós-humano", a noção de "Anthropos" é retomada, forçando a que se proceda uma redistribuição daquilo que se considerava natural ou social. Não se trata, no entanto, de pensar que a expressão contenha uma extensão do significado de antropocentrismo, destaca o autor (ibid.), uma vez que a alteração do planeta em níveis geológicos não pode ser atribuída à espécie humana como um todo. Ao mesmo tempo, o autor (ibid.) percebe que a terra reage às nossas ações e utiliza a figura mitológica de Gaia – proveniente das delimitações conceituais realizadas por James Lovelock (2000), que a define como um sistema auto-organizado, sofisticado e instável – para apontar a reatividade e sensibilidade terrestre as nossas ações.

No entanto, apesar de valer-se da ideia de Gaia como um sistema complexo, formado pela união da geosfera com a biosfera, com a antroposfera e com a tecnosfera, Latour (ibid.) destaca que não é a intrusão e Gaia que irá unificar novamente a Natureza e o Humano. A própria concepção de natureza é vista pelo autor como algo construído, ou seja, como a junção de várias noções que foram delimitadas pela sociedade ao longo do tempo. Em suas oito conferências sobre a natureza no Antropoceno, Latour (2020d) trabalha na desconstrução da concepção de natureza e de mundo natural estabelecida na modernidade, uma vez que, para ele, essa inviabiliza a visualização da rede

que envolve a associação entre humanos e não-humanos, além de não mostrar a complexidade das agências e dos processos que a envolvem.

Relativamente ao contexto atual, como ele destacou em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo em 12 de setembro de 2020, há uma conexão entre a crise pandêmica que estamos experenciando e a problemática ambiental atual, que ele prefere não referir como "crise ambiental", mas como uma *mutação* ambiental, uma vez que não se trata de algo que passará, mas de algo que veio para transformar nossa relação com o mundo.

Latour (ibid.) deteve-se a comentar sobre o cenário brasileiro, ao afirmar que nenhum outro país está vivendo uma sobreposição de crises extremas tão intensamente como o Brasil, até porque este país está sendo governado por um "escapista" da realidade, cuja postura se aproxima da que era professada por lideranças políticas estadunidenses entre os anos de 2017 e o ano de 2020.

O "novo regime climático" que caracteriza estes tempos, como refere Latour (2020a), inclui não apenas questões relativas à mudança climática, mas trata da Terra como um todo, considerando as condições de existência de todos os organismos que a habitam. E este é um "novo regime"[5], segundo o autor (2020d), que apresenta aos países de todo o mundo a necessidade de fazer escolhas: uma delas incide na decisão de manter a modernização ou as concepções de progresso, apesar de tudo; já a outra, implica em decidir rumar a uma mudança ecológica ou em optar pela negação da situação atual e dela, metaforicamente ou não, fugir. Em todo o caso, Latour (2020d) destaca que

[5] Segundo Latour (2020d) este termo foi criado por Stefan Aykut e Amy Dahan (2015) para designar uma forma específica e ineficaz de uma tentativa de "governar o clima". Ele explica que não compreenderemos a política empreendida nos últimos anos se não considerarmos a existência das mudanças climáticas e suas implicações e, por isso, utiliza tal nomenclatura para se referir às mutações climáticas, que substituem Natureza/Cultura. A postura política que se deve assumir neste momento é a de encarar este novo regime climático, deixando para trás as idealizações da excepcionalidade humana. Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, Alyne Castro (2019) resume a problemática ao afirmar que "o Novo Regime Climático, portanto, diz respeito à tarefa política que se instaura diante das mudanças climáticas: a de abandonar o delírio de excepcionalidade humana e aprender a melhor coexistir com os seres que, até pouco tempo, tratávamos como meros recursos" (p. 1). Entrevista disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/593940-novo-regime-climatico-requer-o-abandono-da-excepcionalidade-humana-entrevista-especial-com-alyne-costa>. Acesso em 11 out. 2021.

esse "novo regime" obriga a voltarmos nossa atenção para a Terra, assim como une os povos igualmente afetados pelas mudanças climáticas.

Parte de nossa sociedade, na percepção deste autor (Latour 2020a; 2020b; 2020c; 2020d), decidiu optar por esta segunda alternativa, ou seja, por "escapar" deste planeta, deixando-o com todos os problemas que lhe são concernentes. E isso passou a ocorrer desde o início dos anos 1990, destaca Latour (2020d), momento em que se iniciou o chamado "ceticismo climático", caracterizado pela negação de condições desenvolvimentistas futuras e pela também negação do conhecimento empírico e o abandono das regras do que ele chama de "bom governo" (p.10)

Latour (2020b) destaca que esta postura, no contingente atual, não envolve um negacionismo, nem, tampouco, uma incompreensão intelectual dos indivíduos sobre o que está sucedendo, mas a decisão de escapar das crises e de ignorar as mutações que assolam este planeta. Ou seja, trata-se de assumir uma atitude escapista, que pode ser observada, não apenas no Brasil, mas em países como os Estados Unidos da América, a Inglaterra e a Rússia.

Na mesma entrevista, Latour (2020b) comenta a fala do presidente Jair Messias Bolsonaro, proferida no início da pandemia no Brasil, quando, no dia 28 de abril de 2020, fora atingida a marca de 474 mortes diárias. Questionado por uma repórter sobre esta tragédia, ele se limitou a responder "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre" (2020)[6].

Latour (2020b) usa esta fala para exemplificar uma das direções daquilo que ele entende ser escapismo e para frisar que, em qualquer comunidade, e ele se remete até mesmo a dos neandertais, é de senso comum que o líder zele por seu povo. Isso não estaria ocorrendo, na situação por ele apontada, sendo possível indicar outras muitas vezes em que o referido presidente igualmente minimizou a importância da pandemia. Entre essas, lembramos o pronunciamento por ele feito em 9 de março de 2020, em visita aos Estados

[6] A reportagem pode ser acessada em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em 18 ago. 2021.

Unidos da América, momento em que a pandemia havia matado 3 mil pessoas no mundo, quando destacou que o "poder destruidor" do vírus estava sendo "superdimensionado" e, alguns dias depois (24 de março do mesmo ano) com 11 mortes já contabilizadas no Brasil, quando referiu-se à pandemia do Covid-19 como uma "gripezinha ou resfriadinho", em um pronunciamento em rede nacional[7]. Aliás, cabe frisar que essa atitude escapista continuou a ser por ele mantida mesmo após terem sido contabilizados mais de 20,6 milhões de casos e 576 mil mortes no Brasil, e de os dados oficiais indicarem, em agosto de 2021, que apenas 26,2% da população[8] tinha sido completamente imunizada através de vacinas. O mandatário brasileiro continuou assim a não reconhecer a situação pandêmica, ao afirmar que metade da população já tinha sido vacinada e que, portanto, o uso de máscaras passaria a ser facultativo[9], pois a pandemia "estava chegando ao fim", afirmação que se contrapunha a dados que indicavam a ocorrência de uma média diária de 730 mortes.

Latour (2020b) ressaltou, na mesma entrevista, que se o Brasil encontrasse "a solução" para a junção das crises política e ecológica que ele identificou estarem ocorrendo nesse país, a mesma poderia "salvar" o restante do mundo, uma vez que em nenhum outro lugar a crise alcançou tanta intensidade. Aliás, ele (ibid.) comparou o atual cenário brasileiro com o que viveu a Espanha, entre os anos de 1936 e 1939, durante a sangrenta Guerra Civil que culminou com uma perda estimada de um milhão de vidas humanas.

Em outra entrevista, concedida durante a realização do Fórum de Ciência e Cultura, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no mês de julho de 2020, Latour voltou a explicar o uso que faz do termo escapismo. No escapismo, tal como ele registrou, os indivíduos compreendem as

[7] Estes e muitos outros pronunciamentos do presidente Bolsonaro podem ser acessados em https://www.dw.com/pt-br/v%C3%ADrus-verbal-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/g-54080275. Acesso em 25 ago. 2021.

[8] Dados coletados no dia 25 de agosto de 2021, em https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4945614-bolsonaro-minimiza-pandemia-e-quer-fim-da-obrigatoriedade-de-mascaras.html.. Acesso em 25 ago. 2021.

[9] Dados da reportagem de Luana Patriolino para o Correio Brasiliense. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4945614-bolsonaro-minimiza-pandemia-e-quer-fim-da-obrigatoriedade-de-mascaras.html. Acesso em 25 ago. 2021.

problemáticas que lhes são contemporâneas, mas querem escapar a essa situação.

Trata-se, assim, de vivenciar uma situação dura e violenta, que se acentua no Brasil por estar combinada com a violência policial, militar e ecológica. Além disso, as atitudes escapistas são reforçadas, segundo Latour (2020d), por um desvio da religião cristã[10] que, através de princípios pouco evangélicos, deseja a fuga deste mundo, com o abandono de alguns indivíduos que são deixados para trás. E esses sujeitos deixados para trás correspondem àqueles que compõem "o mundo material vivo e dos seres humanos excedentes, cruelmente enfatizado pela gestão da crise sanitária atual" (p. 10). E Latour (ibid.) enfatizou ter a modernidade levado o escapismo a um limite extremo, atitude que ele vê estar associada a um extrativismo desesperado do planeta.

Ainda em relação ao tema escapismo, cabe comentar, no contexto mundial, o caso de Jeff Bezos, fundador e CEO da empresa Amazon, que, em entrevista ao site de notícias *Business Insider*, afirmou que o único modo de utilizar a sua fortuna, calculada em três dígitos nos bilhões de dólares, é convertê-la em viagens espaciais[11]. Ou seja, o que Bezos parece procurar é um plano de fuga do planeta Terra, que é poluída de forma direta por sua própria empresa, tal como foi denunciado pela associação ambientalista Oceana (2020), ao registrar que as embalagens utilizadas pela Amazon geraram mais de 210 mil toneladas de resíduos plásticos de difícil destinação, somente em 2019[12]. Isso equivaleria, segundo a referida Associação, a embalar o planeta Terra em plástico mais de quinhentas vezes. Além disso, a Oceana ainda indica a poluição acarretada pela mesma Empresa pelo uso de

[10] Esta teoria de Latour ecoa nas falas e atitudes de certos líderes evangélicos, tal como Silas Malafaia, um pastor protestante neopentecostal brasileiro conhecido por sua atuação política e pelo discurso de ódio amplamente propalado em diversos meios de comunicação. Ele é cotado, atualmente, para ser vice do atual presidente nas próximas eleições de 2022, conforme noticiado em <https://odia.ig.com.br/brasil/2021/10/6247797-eleicoes-2022-silas-malafaia-e-cotado-para-ser-vice-de-jair-bolsonaro.html>. Acesso em 09 out. 2021.

[11] A entrevista pode ser visualizada em <https://www.youtube.com/watch?v=SCpgKvZB_VQ>. Acesso em 18 ago. 2021.

[12] O relatório da Oceana pode ser acessado em <https://plastics.oceana.org/report-amazons-plastic-problem-revealed/>. Acesso em 18 ago. 2021.

meios de transporte ultrapoluentes e por ser a sua pegada de Carbono maior do que a de muitos países.

Relativamente a este caso, é possível comentar que o que está posto vai além de um escapismo metafórico, ao incidir na intenção real de poder abandonar o planeta quando este deixar de oferecer as "condições de uso possível". Cabe registrar que uma semana antes da viagem espacial de Bezos no *Blue Origin*, realizada em 20 de julho de 2021, o bilionário Richard Branson inaugurara as viagens comerciais com turistas a bordo da *Virgin Galactic*[13]. Após a viagem de Besos, outro bilionário, Jared Isaacman, fundador da empresa *Shift4 Payments*, de comércio eletrônico, inaugurou as viagens com tripulação exclusiva de civis, através da agência espacial *SpaceX*, de Elon Musk[14]. Aliás, dentre os citados, este foi o primeiro voo que chegou à órbita terrestre, enquanto os demais foram suborbitais e tiveram duração de poucos minutos.

Como Latour (2020b) registrou, é difícil manter diálogo entre pessoas que "não habitam o mesmo mundo", ou seja, entre escapistas e aqueles que ele chama de "terrestres". Os escapistas tentam, segundo o autor (ibid.), cortar todos os laços morais, afetivos, legais e estéticos com a Terra, pois até acreditam que poderão ir para outro planeta em uma situação extrema. Os terrestres, ao contrário, são os seres que habitam este planeta de forma compartilhada com outros seres, apropriados pela Terra, são sensíveis e responsáveis (LATOUR, 2020d). Para Honorato & Silva (2021), que produziram uma resenha do livro *Onde aterrar*?, de Latour (2020), se antes tínhamos uma disputa pelo projeto de futuro entre os polos progressistas e reacionários ou entre a esquerda e a direita, hoje temos um abismo que leva aqueles que habitam essas bolhas a se recolherem a essas (ou em suas "comunidades muradas") e a evitarem completamente se identificar com "o outro". Estamos

[13] Informações obtidas em <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2021/07/20/voo-suborbital-entenda-o-tipo-de-viagens-espaciais-empreendidas-pelos-bilionarios-bezos-e-branson.ghtml>. Acesso em 18 ago. 2021.

[14] Dados da reportagem intitulada *SpaceX enviará primeira tripulação inteiramente civil à órbita da Terra nesta quarta*, publicada em 13 de setembro de 2021, disponível em <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/09/13/spacex-enviara-primeira-tripulacao-inteiramente-civil-civil-a-orbita-da-terra.ghtml>. Acesso em 01 out. 2021.

vivendo uma guerra entre mundos não compatíveis e, dessa forma, o impasse entre as antigas posições políticas precisa ser reorientado, atualmente, pelos novos atratores (que Latour nomeia de Terrestres e Escapistas), para que possamos entender o contexto político atual e criar novas alianças entre antigos esquerdistas e reacionários. Em suas palavras (ibid.):

> as posições e afetos políticos baseiam-se em defesas de territórios, independentemente se ideológicos ou geográficos. O Antropoceno – a descoberta de que a bioesfera é dotada de agência – instaura desafios que precisam ser enfrentados com uma nova forma de fazer política. Ficar no mundo ou escapar dele são as posições delineadas pelo autor (p. 392).

Isso envolve um problema de distanciamento entre mundos habitados, explica Latour (2020b), que não será resolvido, de imediato, por uma conversa, uma discussão ou uma argumentação. Não se trata, pois, de vencer um distanciamento milimétrico entre diferentes posições e visões de mundo, mas de percorrer grandes distâncias em direção à reconstrução de um mundo que possa ser entendido como "em comum". Assim, de um lado estão os saberes advindos das Ciências da Terra e das Ciências da Saúde, de outro, aqueles que as negam (LATOUR, 2020b).

Latour (2020b) relembra como a ideia de nacionalidade serviu em muitas situações para promover a união entre os habitantes de um mesmo país pela invocação da ideia de desenvolvimento como um horizonte comum voltado à modernização. No escapismo, estas noções são abandonadas e a relativa concordância que estabelecia relações anteriormente mantidas se rompe, gerando uma guerra geopolítica devido à ocupação de diferentes territórios entre os sujeitos que ele refere como humanos (os escapistas) e terrestres.

Para Latour (ibid.), a ausência de um projeto comum de construção de mundo, atrelada à ausência de uma também comum noção de desenvolvimento técnico e econômica, não nos permite nomear o atual governo brasileiro como fascista. Além disso, Latour (ibid.) destaca que nos governos escapistas, podemos perceber e destacar o abandono ou até mesmo a indiferença às regras de "bom governo", o que não era praticado pelos fascistas. E as considerações de Latour conduzem a encaixar, em muitos

pontos, o atual governo brasileiro como escapista, especialmente se considerarmos o pronunciamento do atual presidente em jantar com lideranças conservadoras, na embaixada dos Estados Unidos da América, logo após sua eleição, em 2019, quando afirmou: "o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer"[15] (p.1). Aliás, como ressaltou a jornalista Carol Pires, que produziu uma série documental em parceria com a Revista Piauí e o Spotify[16], na qual tece um perfil do atual presidente do Brasil, esta fala ecoa ideias propaladas pelo auto-intitulado filósofo Olavo de Carvalho, que tantas vezes tem sido referido como um inspirador das propostas do presidente.

Em texto que apresenta a exposição bienal intitulada *Você e eu não vivemos no mesmo planeta*[17], realizada entre novembro de 2020 e março de 2021 em Taipei, Taiwan, China, Bruno Latour, Martin Guinard e Eva Lin (2020) afirmam que, neste momento, precisamos de uma política que leve em conta de forma séria e responsável as implicações ecológicas de nossas ações. Eles frisam que a ecologia e os movimentos ecológicos, que por muito tempo tentaram unificar os sujeitos para que uma ação coletiva tomasse lugar na defesa da natureza, não cabem mais neste contexto e até acabaram desacelerando os processos políticos que deveriam ter ocorrido, afirmação sem dúvida alguma provocativa e instigante. Considerando tais contendas, Latour (2020e), em entrevista a Leonardo Menezes, para o Museu do Amanhã, defende que se construa uma consciência de classe geossocial, que se fundamenta em um território para a emergência de uma organização política

[15] Essa fala pode ser encontrada em < https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml>. Acesso em 22 jan. 2021.

[16] Spotify é um serviço de streaming de músicas, podcasts e vídeos que pode ser acessado em computadores, smartphones, tablets, etc. Com lançamento em 2008, atualmente esse é o serviço mais popular no seu campo, sendo acessado em todo o mundo (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Spotify>).

[17] Através da referida exposição, realizada em forma de um planetário, os autores buscaram imitar novos e possíveis encontros diplomáticos, que ocorrem na ausência de uma terceira parte julgadora relativamente a alguma decisão que se precise tomar. Ou seja, essas fabulações, segundo os organizadores da obra, pretendiam dar início a uma discussão necessária para um futuro composto por humanos – de diversas áreas de atuação – e não-humanos.

que possa responder à situação ecológica e climática do planeta, de forma a abranger as variadas espécies envolvidas no novo regime climático. Segundo ele (ibid.), a exposição referida objetiva o reconhecimento do estado de guerra em que nos encontramos e, a partir disso, se configura em uma tentativa de encontrarmos outras formas de olhar para a discordância que estamos vivenciando neste momento e que resulta nas crises sanitária e ecológica que estamos analisando.

Isto posto, voltamos a centrar nossas considerações no também conturbado e ameaçado contexto ambiental brasileiro, uma vez que são previstas pandemias futuras se o ritmo de exploração da natureza e invasão de ambientes continuar no ritmo em que se encontra atualmente.

O MEIO AMBIENTE BRASILEIRO SOB GESTÃO DE ESCAPISTAS

Alyne Costa (2020 *in* Latour 2020c), revisora e escritora do posfácio da obra mais recente de Latour – *Onde aterrar?* –, destaca a importância da proposta latouriana de análise das questões contemporâneas a partir da perspectiva ecológica, tanto para aqueles que refletem a atualidade a partir do Antropoceno, quanto para os que consideram a pós-verdade, a crise da legitimidade, o capitalismo tardio, a necropolítica, ou qualquer outra forma de nomear e explicar as problemáticas atuais. A irrupção da atual pandemia, segundo Latour (ibid.), é fruto do já aludido "Novo Regime Climático", que ele considera estar em curso, e das migrações "sem forma e sem nação que chamamos de clima, erosão, poluição, esgotamento de recursos, destruição dos hábitats" (p. 19), que não ligam para limites territoriais e para as fronteiras impostas pelas nações, como bem pôde ser observado com a atual pandemia mundial.

Para além do aspecto escapista, tal como é entendido por alguns, ou negacionista, por outros, em relação à crise sanitária, proliferado por mandatários políticos e CEOs de grandes empresas internacionais e seus apoiadores, durante toda a pandemia foram inúmeras as coberturas com repercussão mundial sobre a crise ambiental brasileira. Em uma gestão classificada por muitos como anti-ambiental, o atual governo brasileiro tem

realizado ações voltadas a barrar a atuação de órgãos ambientais, tanto com a apresentação de informações e dados imprecisos em pronunciamentos oficiais[18], quanto pela atribuição do menor orçamento federal ao Ministério do Meio Ambiente, ações essas que são acompanhadas de denúncias de serem tanto o ambientalismo, quanto a gestão ambiental obstáculos ao desenvolvimento do país.

Relativamente ao desmatamento na Amazônia, que bate recordes mês após mês, como tem sido registrado pela plataforma Terra Brasilis, uma ferramenta, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)[19], o presidente parece assumir uma visão economicista e extremista: desmatar para transformar os campos em solo útil para a pecuária e a agricultura. Em discurso recente à Cúpula do Clima dos líderes globais, proferido em abril de 2021, o mandatário brasileiro alegou que "ao discutirmos mudanças do clima, não podemos esquecer a causa maior do problema, a queima de combustíveis fósseis ao longo dos últimos dois séculos"[20]. Tal declaração pode ser vista como uma forma de minimizar o problema causado pela destruição da floresta amazônica que, segundo informações do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG)[21], corresponde à principal causa de aumento de emissão de gases poluentes no Brasil, seguida pela agropecuária, indicada como a segunda maior responsável pela

[18] O atual ministro do meio ambiente é Joaquim Álvaro Pereira Leite, um empresário que por muito tempo esteve ligado à Sociedade Rural Brasileira, entidade que emitiu uma nota de apoio ao antigo ministro, Ricardo Salles, em ocasião do pronunciamento que sugeria que o presidente da República aproveitasse do foco na pandemia de covid-19 para "ir passando a boiada" na área ambiental, em referência a alterações de regras de licenciamentos para explorações econômicas, além do desmonte do amparo legal ligado à proteção dos biomas brasileiros. Segundo dados da BBC News Brasil, o atual ministro integra uma família tradicional de fazendeiros de café que, desde 1986, vem ameaçando o território pertencente aos povos tradicionais indígenas. A referida reportagem pode ser acessada em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57590288>. Acesso em 10 out. 2021.

[19] Os gráficos relativos aos índices de desmatamento podem ser observados em <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates> Acesso em 01 out. 2021.

[20] A declaração do presidente pode ser acessada em < https://www.oeco.org.br/noticias/bolsonaro-na-cupula-do-clima-discurso-fragil-vazio-e-impreciso/>. Acesso em 25 ago. 2021.

[21] Estes dados podem ser observados em https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission. Acesso em 25 ago. 2021.

emissão de gases de efeito estufa no país e, em terceiro lugar, pelo setor de energias.

Aqui é importante destacar que a maior devastação da floresta amazônica, desde 2008, ocorreu em 2020, com 10,9 mil km² desmatados, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)[22]. Nem mesmo as áreas protegidas são suficientes para diminuir ou impedir a extração da madeira, segundo dados do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (SIMEX)[23], que apontou para os 52 mil hectares que tiveram sua madeira extraída ilegalmente. Aliás, é importante registrar que além do desmonte dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e detenção dessas atividades, a falta de transparência na divulgação de dados tem impedido de forma significante o rastreamento das atividades ilegais.

O bioma Pantanal também está sofrendo com as queimadas constantes, que, segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe)[24], aumentaram 96% entre os meses de agosto e setembro deste ano. Caatinga e Cerrado também registraram aumento de focos de incêndio quando comparados a meses e anos anteriores. O Pampa, que é o segundo menor bioma do Brasil, perdeu 21,04% de sua cobertura vegetal em 36 anos de monitoramento do Mapbiomas[25]. A perda do solo se deu, principalmente, pela intensificação e mudança de perfil de uso comercial do solo, que passou da pecuária sobre campo nativo à agricultura, principalmente de cultivo da soja. Enquanto isso, circulam propostas de flexibilização ambiental criadas pelo Ministério da Economia em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), que incluem 14 propostas/demandas provenientes do setor privado, a retirada do Ibama dos processos de decisão sobre novos desmatamentos na Mata Atlântica, a flexibilização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), o

[22] Estes dados podem ser observados em <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465> Acesso em: 28 ago. 2021

[23] Dados encontrados em: < https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Simex_Amazonia_Agosto2019-Julho2020.pdf>. Acesso em 07 set. 2021.

[24] O monitoramento dos focos ativos de incêndio no país podem ser consultado em <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/>. Acesso em 05 out. 2021.

[25] Disponível em <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 05 out. 2021.

afrouxamento de leis que regulam a exportação e agrotóxicos, a dispensa de licenciamento ambiental de empresas que utilizam rejeitos de mineração – como aqueles de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, que incorreram em desastres ambientais de grande magnitude nos anos de 2018 e 2019, respectivamente – dentre outras medidas propostas[26].

Também é importante destacar que estudos realizados pela *Conservation International*[27] salientam que a próxima doença infecciosa que poderá vir a assolar o mundo tem grandes chances de ser proveniente da Amazônia, em decorrência do desmatamento crescente e por ser essa uma área com grande biodiversidade e que, portanto, também é hospedeira de vírus e bactérias. Apesar da referida pesquisa apontar para a baixa taxa de contágio atual, algumas ações são sugeridas para que se evite o risco de futuras pandemias. Entre essas estão: políticas de controle de desmatamento da Amazônia, fortalecimento dos direitos dos povos indígenas, impedimento das invasões ilegais, melhoria das práticas de saúde, saneamento e desenvolvimento em áreas com grandes concentrações populacionais, desencorajamento do comércio de animais silvestres e a garantia de um financiamento adequado que garanta todas essas ações.

Retomando os escritos de Latour (2020d), registramos, novamente, que ele destaca estar o Brasil tomando atitudes políticas que denegam as crises sanitárias e ecológicas, e que impedem o seu enfrentamento. Como Costa (*in* Latour 2020c) indicou, ao final dos anos 1970, o Partido dos Trabalhadores (PT) se constituiu a partir da articulação de diversos movimentos sociais com o acolhimento das demandas de povos indígenas e ambientalistas. No entanto, quando efetivamente passou a governar – Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em janeiro de 2003 –, a economia foi priorizada, sob a alegação da necessidade de diminuir-se a pobreza no país e, tal opção, segundo a referida autora, tornou-se inconciliável com as demandas dos ambientalistas e dos

[26] O ofício com as propostas mencionadas pode ser acessado em < https://www.oeco.org.br/wp-content/uploads/2021/09/OFICIO_SEI_N__123719_2021_ME.pdf>. Acesso e 05 out. 2021.

[27] O estudo pode ser acessado em: https://www.iis-rio.org/wp-content/uploads/2021/03/portuguese-pandemic-prevention-in-the-amazon-2021.pdf. Acesso em: 07 set. 2021.

povos indígenas, que se viram cada vez mais ameaçados pela expansão das fronteiras industriais, agrícolas e extrativistas. Como Costa (ibid.) igualmente ressaltou, essa política desenvolvimentista foi retomada de forma muito mais extremada e mortífera pelo atual governo brasileiro, instalado em 2019. Ela (ibid.) destaca, que a chamada "intrusão de Gaia" pode ser percebida por alguns, mesmo que pela sua negação e recusa. E que esses sujeitos que negam persistiram na exploração dos recursos do planeta, a qualquer custo, em função de privilégios adquiridos e do aumento das desregulamentações, ações que também tiveram impacto no aumento das desigualdades sociais e econômicas. Além disso, esses mesmos sujeitos patrocinaram campanhas milionárias voltadas a negar as mudanças climáticas, que sabidamente estão em curso. Desta forma, Costa (ibid.), inspirada por Latour (2020c), argumenta que a oportunidade que um dia tivemos de sair da crise, já expirou. Sendo assim, segundo a autora (ibid.), já vivemos em um mundo desconhecido o qual precisamos aprender a habitar.

Para Latour (2020b) nem os grupos das chamadas esquerdas, nem os partidos ecológicos conseguiram definir um campo para desenvolver efetivamente suas ações e, assim, os negacionistas ocuparam este vazio. Para o referido autor (ibid.) os partidos de esquerda precisam parar de insistir na utilização de argumentos cognitivos, pois não se trata de combater uma "imbecilidade cognitiva", mas territorial. Assim, o autor (2020a) destaca, que devemos começar a enfrentar Gaia a partir

da construção de um mundo comum, embora seja muito difícil que encontremos alguma concordância entre aqueles que pertencem à Terra (os já referidos terrestres) e aqueles que acreditam que dela escaparão. No entanto, ele (2020c) aponta para alguns caminhos a serem seguidos para o enfrentamento da chamada mutação ecológica em curso neste período geo-histórico chamado Antropoceno e que serão abordados na próxima seção.

UMA PERSPECTIVA DO FUTURO

Latour (ibid.) defende uma virada cosmológica em direção não a um desenvolvimento desenfreado, mas a um horizonte Terrestre – com letra inicial

maiúscula, pois se trata de um conceito, mas também de um novo ator-político. Como o autor (LATOUR, 2020c) destaca, o Terrestre deixou de ser um plano de fundo da ação dos humanos e passou a ser uma potência de agir, participando da constituição da vida em Gaia. Segundo ele (ibid.): "enquanto a terra parecia estável, podíamos falar de espaço e nos situarmos em seu interior e sobre uma porção de território que pretendíamos ocupar. Mas o que fazer se o próprio território passa a participar da história, a proferir golpes atrás de golpes; em suma, a se ocupar de nós?" (p. 53). No atual teatro do Antropoceno, os humanos disputam o palco com os demais seres que habitam Gaia, assim como dividem a cena com o próprio cenário que ocupam (LATOUR, 2020c).

Desta forma, Latour (ibid.) destaca que as histórias a serem contadas não podem ser aquelas que já circulam há algum tempo em nossas sociedades e, que embora pareça estranha a projeção de nós mesmos no futuro, considerando-se o cenário atual de perdas de inúmeras vidas humanas devido à pandemia, é necessário que pensemos a vida pós-crise sanitária para que as premissas do Velho Regime Climático não sejam retomadas. Ele (ibid.) ressalta que embora possamos sair da crise sanitária atual, a mutação ecológica é irreversível. Assim, precisamos aprender a utilizar algumas das "lições" ensinadas pela pandemia para adentrar na problemática ecológica.

A primeira delas, segundo Latour (2020c), diz respeito à desaceleração do sistema econômico. Como justificativa de uma pretensa "globalização" afirma-se, como o autor sublinha, que a força do progresso não poderia ser desacelerada ou redirecionada, mesmo com toda a argumentação assumida pelos ecologistas há dezenas de anos relativamente à necessidade de alteração do nosso modo de vida. No entanto Latour (2020c) destaca que, ao mesmo tempo que os ecologistas veem a pandemia como uma oportunidade de desaceleração do progresso, os adeptos da modernidade percebem essa situação como uma oportunidade para se desvencilharem, de vez, dos obstáculos remanescentes impedidores de seu crescimento. E como estes sabem que a negação das mudanças climáticas não poderá continuar a ser feita indefinidamente, destaca o autor (ibid.), isso os impulsiona a utilizarem

artifícios que lhes permitam estendê-la um pouco mais, protegendo a si e aos seus.

Ao imperativo de retomada rápida da produção após a crise que se instalou, Latour (2020c) orienta para que nos posicionemos de forma contrária. Ele (ibid.) defende que se faça um exercício de pensamento acerca de cada setor produtivo, pois, assim, aos poucos, e indivíduo a indivíduo – tal como age o vírus do Covid-19 –, poderemos construir "gestos barreiras", não somente contra o vírus, mas contra o sistema produtivo predominante, abandonando a produção como único princípio de relação com o mundo. Ele (ibid.) destaca, então, que não se trata de fazer uma revolução, mas sim de proceder a uma dissolução, que está implicada com o aprender a "selecionar cada elemento deste sistema (produtivo) pretensamente irreversível, a questionar cada uma das conexões supostamente indispensáveis e a experimentar, pouco a pouco, o que é desejável e o que deixou de sê-lo" (p. 132).

Para Latour (2020c), foi necessário assumir novos hábitos durante a pandemia vigente – uso de máscara em lugares públicos, a constante higienização das mãos, o isolamento domiciliar, dentre outros –, com o intuito de deter a propagação do vírus, e isso indica que novas práticas podem ser adotadas, pouco a pouco, no que concerne à busca de uma nova economia. Assim, o referido autor (ibid.) propõe que façamos um exercício que ele nomeia como descrição, primeiro individualmente, e depois coletivamente, sobre "aquilo a que somos apegados, aquilo de que estamos dispostos a nos libertar, as cadeias que estamos prontos a reconstituir e aquelas que, através do nosso comportamento, estamos decididos a interromper" (p. 132). A partir desse exercício, poderemos passar a pensar no preço que deve ser pago para que a mudança efetiva e visada ocorra (LATOUR, 2020a). Como ele (ibid.) destaca, na antiga tradição socialista, os sujeitos conheciam os sacrifícios que teriam de fazer, assim como as brigas correspondentes aos seus desejos e interesses. Em suas palavras, neste "novo regime", "enquanto essas contradições não tiverem sido visualizadas, absorvidas e personalizadas, a ecologização da política vai permanecer muito superficial, uma boa intenção" (LATOUR, 2020a, p.1). E ele (ibid.) destaca, ainda, que embora a questão ecológica seja séria em

termos de ameaça, muitos não se apercebem disso, tal como ocorre em outras lutas sociais. Assim, faz-se necessário passar pela referida etapa de descrição. Aliás, este momento em que estamos "parados" devido ao vírus vem estimulando a possibilidade dessa descrição ocorrer em espaços de divulgação. E, embora essa descrição costume ser vaga, como Latour (ibid.) destaca, a redescrição proveniente da primeira descrição, na qual se leva em consideração as pessoas envolvidas no processo, assim como a redistribuição de suas atividades econômicas, resulta em uma "paisagem política adaptada à questão ecológica" (p.1), pelo menos em países em que as crises não estão tão sérias como no Brasil.

Ou seja, podemos dizer que ainda há um longo caminho a percorrer no contexto brasileiro e que a educação ambiental procedida em instituições formais de educação, ou em outros espaços, pode ser um importante promotor de descrições, discussões e redescrições em direção à produção de uma sociedade e de uma política ecologizadas e comprometidas com o ambiente brasileiro. E esta educação ambiental precisa instrumentar os sujeitos a pensarem sobre o que Latour (2020b) considera ser uma filosofia geopolítica, que precisaria passar a orientar a gestão ambiental em âmbito nacional.

Considerar as proposições de Latour (2020c) para a Educação Ambiental a ser praticada nesses tempos, em que a pandemia se instalou tão persistentemente no mundo, materializando-se em uma propagação que se associa às constantes mutações de um vírus, implica estreitar os vínculos com o planeta em que vivemos. Essa proposta exige que se faça a descrição densa de todos os seres que compõem os territórios do planeta, do que decorre a percepção da sua existência, para que se torne possível definir a Terra (ou Gaia) como um novo ator político. Ou seja, o que Latour (ibid.) propõe é que nos empenhemos em buscar reagir à crise de forma cada vez mais coletiva. Ele ressalta, também, que neste tempo, a ciência e a política não podem se permitir atuar separadamente, pois "sem os instrumentos da ciência, o corpo político jamais saberá quantas entidades desconhecidas é preciso levar em consideração [...] e, sem a política, o mesmo corpo político jamais saberá

ordenar, selecionar e ranquear aquele número desconcertante de agências com as quais ele tem de compor progressivamente um mundo comum" (p.18).

Assim, é preciso antes de tudo assimilar e apreender esta realidade que, para muitos, soou inicialmente como tão estranha, mas que já estava pré-configurada nas representações do Antropoceno. Faz-se então necessário adentrar intensamente no conhecimento do Planeta! E, mais que isso, considerar todos os "elementos" do Planeta como atores importantes no cenário contemporâneo. Enfim, é preciso olhar atentamente para Gaia e examinar em que espécie de tempo e em que espécie de espaço efetivamente nos encontramos: e, especialmente, é preciso aceitar a ideia de que estamos vivendo no Antropoceno!

Como Latour (2014) denunciou, "o problema reside na dificuldade para aqueles que foram modernos (isto é, para aqueles que jamais foram modernos) de encontrar seus caminhos de volta à Terra!" (p.13). Porém, no momento atual, tal como o mesmo autor (ibid.) ressaltou, os acordos tácitos estabelecidos de forma oficiosa e invisível na Modernidade clamam por tornarem-se visíveis e oficiais para permitirem a busca por soluções alternativas, pois não é mais possível minimizar ou tratar de forma eufemística "o estado de guerra", que é o traço definidor do Antropoceno. Portanto, a ação não pode mais ser postergada, "porque o tempo não flui do presente para o futuro – como se tivéssemos de escolher entre dois cenários e esperar que tudo corra bem – mas como se o tempo fluísse daquilo que está vindo" (p. 26). E essa é, como ressalta Latour (ibid.) "uma outra maneira de considerar "apocalípticos" os tempos nos quais deveríamos viver. "Apocalípticos" não no sentido de catastróficos (embora possam ser assim também), mas no sentido da revelação de coisas que estão vindo em nossa direção" (p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das situações apontadas ao longo deste artigo, podemos afirmar que ainda estamos longe de rumar na direção de uma mudança ecológica efetiva, mesmo que já estejamos vivenciando situações previstas, apenas, para a metade do século em curso, tais como as temperaturas batendo recordes a

cada ano, a proliferação de focos de incêndios, a ocorrência frequente de inundações e furacões, tempestades de poeira, entre outros fenômenos que têm assolado diferentes regiões do planeta. Portanto, aquilo que Latour (2020d) configura como uma mutação ambiental, não se constitui mais como um problema que possa ser deixado para as gerações futuras resolverem, mas se tornou uma meta a ser observada, refletida e transformada em ações, neste momento!

Latour (2020a) destaca que no contexto europeu a questão ambiental se constitui em um problema geopolítico, que envolve lidar com questões tais como: "com quem vamos nos aliar, e contra quem?" (p. 1). Ele (ibid.) considerou, pensando sobre a ruptura política ocorrida entre a Europa e os Estados Unidos da América, por ocasião da saída dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris no ano de 2017[28], a importância de procederem-se a novas alianças, que poderiam se dar entre a Europa e a América Latina, por exemplo. Ou seja, Latour (2020b) pensa em termos daquilo que ele denomina como uma ficção geopolítica, de uma filosofia geopolítica. E essas novas alianças começaram a ocorrer, por exemplo, no "Acordo Verde Europeu", um plano econômico criado após a divulgação do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)[29] para a recuperação e impulsionamento da economia dos Estados-membro da União Europeia, após a pandemia. Esse plano, prevê a redução das emissões dos gases de efeito estufa, além da criação de florestas do continente europeu por meio do plantio de bilhões de árvores até 2030[30].

No contexto norte-americano, o presidente "escapista" Donald Trump foi substituído por Joe Biden nas eleições que ocorreram no ano de 2020, durante a pandemia. Biden já aprovou o projeto "Novo Acordo Verde", que envolve um

[28] Este acordo havia sido firmado pelo ex-presidente Barack Obama, que havia assinado o tratado em 2015, e o compromisso de reduzir em 28% sua produção de gases de efeito estufa, além de transferir cerca de US$ 3 bilhões (cerca de R$ 9,6 bilhões) para países pobres como forma de ajudá-los a lutar contra as mudanças climáticas.

[29] O IPCC faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório pode ser definido como um sumário constituído a partir de cerca de 14 mil estudos sobre as mudanças climáticas.

[30] Dados de <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/europa-plantar-3-bilhoes-arvores/#:~:text=A%20Uni%C3%A3o%20Europeia%20quer%20liderar,bilh%C3%B5es%20de%20%C3%A1rvores%20at%C3%A9%202030.>. Acesso em 07 set. 2020.

montante de 2 trilhões de dólares destinados ao enfrentamento das mudanças climáticas, recursos públicos esses a serem empregados em atividades econômicas sustentáveis, tal como aquelas que envolvem a redução da emissão de poluentes derivados de combustíveis fósseis e de outros gases nocivos à atmosfera.

O Brasil, no entanto, segue assumindo uma política ambientalmente danosa e sanitariamente perigosa[31], apesar das declarações em contrário de seu presidente em discurso recente na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 22 de setembro de 2021. Nessa declaração, o presidente Bolsonaro defendeu a política ambiental adotada por seu governo, minimizou a gravidade das queimadas e as atribuiu aos povos indígenas das regiões afetadas. Além disso, o mandatário negou os registros divulgados ao redor do mundo sobre as problemáticas ocorridas no Pantanal e na Amazônia[32], além de afirmar que o Brasil seria referência mundial em proteção ambiental[33], o que contraria as evidências apontadas ao longo deste texto.

Destacamos que as mudanças climáticas já estão afetando as populações mais desfavorecidas e que há indícios de que as migrações dos chamados refugiados climáticos aumentarão consideravelmente, para além das migrações no Brasil e no mundo. A partir do já referido relatório do IPCC, o professor Paulo Artaxo (2021), que faz parte do Painel Intergovernamental,

[31] Para além das medidas já citadas, tem sido praticada a flexibilização e redução na aplicação de multas relativas a crimes ambientais e dada pouca atenção ao registro de dados oficiais sobre o desmatamento, houve a alteração do estatuto de Unidades de Conservação, bem como a redução de áreas destinadas às terras indígenas, a liberação excessiva de agrotóxicos e a revisão da lista de animais aquáticos ameaçados de extinção a pedido do Ministério da Agricultura são outros atos preocupantes em curso neste momento no país. Além disso, desastres ambientais de grandes proporções têm se repetido no contexto brasileiro – estando entre esses os ocorridos em Mariana e Brumadinho, ambos no estado de Minas Gerais, nos anos 2015 e 2019, respectivamente. Também proliferam as denúncias de aumento das taxas de dióxido de carbono e de outros poluentes na atmosfera, da ocorrência de incêndios florestais e desmatamentos, de garimpos de ampla magnitude, além de esquemas de grilagem, bem como da ausência de punições a essas e a outras ações notadamente danosas, ao mesmo tempo em que ações governamentais e administrativas têm até mesmo beneficiado tais contendas

[32] Reportagem disponível em <https://www.conectas.org/noticias/em-discurso-na-onu-bolsonaro-minimiza-crise-ambiental-e-ferelaicidade/?gclid=CjwKCAjw49qKBhAoEiwAHQVTo4ghukUdd9QGx5G8VbxWXcEVInUe58YMkVbR2pi8jXviWuKfedg2oBoCbVIQAvD_BwE>. Acesso em 01 out. 2021.

[33] Reportagem disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/discurso-bolsonaro-na-onu/>. Acesso em 01 out. 2021.

afirma que, no contexto brasileiro, os alertas estão relacionados ao aumento da temperatura, à redução das chuvas, ao aumento do nível do mar, à ocorrência de eventos climáticos extremos, além da vulnerabilidade das cidades[34]. Ele (2021) destaca a desertificação prevista no contexto nordestino, assim como as estiagens frequentes que podem ocorrer na porção sul da Amazônia. Para a região sul, Artaxo (ibid.) destaca a ocorrência de chuvas intensas e tempestades, que podem acarretar em desastres ambientais como enchentes e deslizamentos das encostas. O Centro-Oeste, ao contrário, poderá sofrer com uma seca sem precedentes. E todas essas mudanças climáticas, segundo Artaxo (2021), impactariam diretamente na produção agrícola do país.

Em estudo recente, os pesquisadores Beatriz Alves de Oliveira, Marcus Bottino, Paulo Nobre e Carlos Nobre (2021) reforçam que as mudanças climáticas associadas ao desmatamento aumentarão o risco de exposição ao calor extremo, que serão intoleráveis aos seres humanos, principalmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade

Como sugere Latour (2020c), adentramos em um mundo desconhecido, frente ao qual precisamos aprender a nos posicionar e a habitar, e isso inclui reconhecer os inúmeros seres vivos indispensáveis a nossa existência e, especialmente, promover uma geopolítica responsável e comprometida.

As considerações que tecemos ao longo deste artigo mostram a complexidade do que será necessário empreender, pois essas envolvem propostas que passam pelo envolvimento em lutas por políticas de amplo alcance que envolvam não apenas colocar em ação e operar com práticas ambientais restritas a situações mais particulares e regionais, mas que, sobretudo estão implicadas com o estabelecimento de novos acordos, comprometidos com a composição de um novo "*modus vivendi*" que, tal como sublinha Latour (2014), se irá gestando em um conjunto emaranhado de arranjos improvisados e voltados a garantir a sobrevivência.

[34] O depoimento de Paulo Artaxo pode ser encontrado na reportagem intitulada *IPCC: Brasil pode ter "refugiados climáticos" e prejuízos no agronegócio*, disponível em <https://climainfo.org.br/2021/08/11/ipcc-brasil-pode-ter-refugiados-climaticos-e-prejuizos-no-agronegocio/>. Acesso em 01 out. 2021.

REFERÊNCIAS

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas & SILVA, Everton Rodrigues. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno? **Cadernos EBAPE**. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, v. 19, n.2. p. 391-394, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3232/323267864015/html/>. Acesso em: 09 out. 2021.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, v. 57 nº 1, São Paulo, USP, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702/90680>. Acesso em: 29 nov. 2021.

LATOUR, Bruno. Se o Brasil achar solução para si, vai salvar o resto do mundo, diz Bruno Latour. **Folha de São Paulo**. 12 set. 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/se-o-brasil-achar-solucao-para-si-vai-salvar-o-resto-do-mundo-diz-bruno-latour.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2021.

LATOUR, Bruno. **Entrevista com Bruno Latour**. Revista Rosa, n.1, v.2, 14 set. 2020. 2020b. Disponível em: <https://revistarosa.com/2/entrevista-com-bruno-latour>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020c, 160 p.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/ Rio de Janeiro: Ubu Editora/ Ateliê de Humanidades Editorial, 2020d. 480 p.

LATOUR, Bruno. Bruno Latour: Zonas críticas e novas relações entre humanos e a natureza | Amanhãs Aqui e Agora. **Museu do Amanhã**, 54'24'', 2 ago. 2020e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UQzXV28c9FA>. Acesso em: 11 out. 2021.

LATOUR, Bruno & GUINARD, Martin. In: Taipei Biennial 2020: You and I Don't Live on the Same Planet. **E-flux Journal**, Brooklyn, USA, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.e-flux.com/announcements/322957/taipei-biennial-2020you-and-i-don-t-live-on-the-same-planet/>. Acesso em: 04 out. 2020.

OLIVEIRA, Beatriz Fátima Alves de *et. al.* Deforestation and climate change are projected to increase heat stress risk in the Brazilian Amazon. **Communications Earth & Environment**, 2, n. 207, 1 oct. 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s43247-021-00275-8#citeas>. Acesso em: 05 out. 2021.